

A expansão do crédito à pessoa física no Brasil, em suas diversas formas, fez com que o ritmo do endividamento familiar crescesse mais do que a massa de salários. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rendimento real do trabalho recebido pelos ocupados, formal e informalmente, era em dezembro de 2009 apenas 0,74% maior que no mesmo mês do ano anterior. Segundo o Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR), o número de pessoas físicas com dívidas acumuladas superiores a R\$ 5.000 cresceu 22% nesse período. Os dados de inadimplência, entretanto, não caracterizam um quadro pessimista no curto e médio prazos. Ainda de acordo com o Banco Central, a inadimplência registrada em todas as modalidades de financiamento pesquisadas, no último mês do ano passado, alcançou 7,8% do total das operações, representando queda de 0,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior – são considerados inadimplentes os financiamentos com parcelas em atraso por 90 dias ou mais. Por outro lado, o volume de cheques sem fundo alcançou marca sem precedentes em 2009 (2,15%), de acordo com a Serasa Experian, empresa de análise de crédito.

No ano passado, as operações de crédito à pessoa física que mais cresceram foram: cartões de crédito (20,6%), linhas de crédito pessoal (35,9%), financiamento imobiliário (77,9%) e financiamento para aquisição de veículos (146,9%).

De acordo com o SCR, 27% das operações com cartões de crédito estavam inadimplentes. Conforme a Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), os juros cobrados por atraso têm taxa média de 10,7% ao mês. O número de operações dobrou nos últimos três anos, e a Associação Brasileira das Empresas de Crédito e Serviços (Abecs) estima que o número de cartões crescerá 13%.

A modalidade de crédito consignado em folha de pagamento representa 59,8% do crédito pessoal, e o volume de recursos contratado variou em 34,6% no ano passado. Esse mecanismo de crédito, com taxas de juros inferiores à média dos financiamentos, ainda é concentrado em funcionários públicos, aposentados e pensionistas do INSS, responsáveis por mais de 86% dos recursos tomados em consignação. A Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB) respondem por metade dos recursos ofertados através dessa linha de financiamento, resultado da política governamental antirrecessiva que compreendeu a absorção das carteiras creditícias de outras instituições. No final de 2008, CEF e BB eram responsáveis por 30% dos empréstimos consignados.

As instituições bancárias privadas do país têm, historicamente, mostrado pouco interesse no mercado de crédito imobiliário. Entretanto, a reforma jurídica de 2004, que instituiu a alienação fiduciária, tornou a concessão de empréstimos mais segura e, gradativamente, embasou a formação de um sistema de financiamento de massa. Segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário (Abecip), as concessões com recursos da poupança para a construção de novas unidades e para a compra da casa própria podem chegar a R\$ 50 bilhões em 2010. Atualmente, a caderneta de poupança é a fonte de, aproximadamente, 70% dos empréstimos imobiliários.

No ano passado, os depósitos na poupança financiaram a aquisição de mais de 302 mil imóveis, correspondentes a cerca de R\$ 34 bilhões. O orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) prevê que, em 2010, sejam liberados R\$ 23 bilhões para o setor. O anúncio de programas governamentais federais para financiamento de residências a assalariados que recebem até dez salários mínimos, e a elevação do valor máximo do imóvel adquirido com recursos da poupança e do FGTS, de R\$ 350 para R\$ 500 mil, geraram expectativas de crescimento no setor para 2010.

A espantosa expansão no crédito para aquisição de automóveis, fomentada pela política de isenções temporárias na cobrança do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), gerou o maior volume de vendas de veículos registrado no Brasil. Em 2009, segundo a Associação

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), foram licenciados 3,14 milhões de unidades, volume 11,4% superior ao de 2008. Os contratos de financiamento de automóveis também estão amparados pelo mecanismo de alienação fiduciária, em que o bem é garantia do empréstimo e a inadimplência leva à transferência de posse ao credor.

A paulatina queda da taxa de juros é o principal motivador da tomada de empréstimos. A taxa Selic, que baliza a maioria dos novos contratos, estava em 26,50% ao ano em maio de 2003; desde julho do ano passado, mantém-se no patamar de 8,75% ao ano. A formalização do emprego, a elevação dos salários acima da inflação e a expansão dos serviços bancários são importantes coadjuvantes no processo.

No campo da política monetária, duas medidas tomadas no início de 2010 deverão provocar encarecimento do crédito: a elevação dos empréstimos compulsórios pelo Banco Central para os patamares pré-crise e a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN), vigente a partir de abril, que revoga a permissão para que os bancos aumentassem suas provisões contra a inadimplência sem que reduzissem o patrimônio de referência. Essa permissão manteve a capacidade dos bancos de oferecer empréstimos em um momento de extraordinária contração de crédito. Por mais impopulares que sejam as elevações na taxa de juros, há sinais nas atas das duas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) de que alguma mudança na taxa Selic é premente. Nesse sentido, a mediana das expectativas de mercado divulgada pelo boletim Focus, do Banco Central, no final de fevereiro, sinalizava para Selic de 11,25% ao ano no final de 2010.

Há sinais de que o engessamento do orçamento familiar limitará o crescimento do consumo em um futuro próximo, caso o atual desempenho do mercado de trabalho entre em um ciclo menos dinâmico. A LCA Consultoria realizou levantamento em que estima que o endividamento das famílias equivale a 39,7% do conjunto dos rendimentos – soma da massa de salários e de benefícios previdenciários. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostra que embora estejam otimistas em relação ao mercado de trabalho, as famílias com ganhos mensais até R\$ 2,1 mil não têm intenção de adquirir bens duráveis – consequência dos compromissos assumidos com o consumo no ano passado (que teve variação acumulada de 6,85% no volume de vendas do comércio varejista ampliado, na Pesquisa Mensal de Comércio – IBGE). Os números do ICC mostram que o consumidor tem a percepção de que sua capacidade de contrair dívidas chega ao limite.